

Quando aqui era lavoura:
diversificação produtiva e turismo rural

DOI: 10.2436/20.8070.01.208

Priscila Tavares dos Santos
Pós-Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, Brasil.
Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, Brasil.
E-mail: pris_tavares2000@yahoo.com.br

Resumo

Neste texto, elaboro algumas reflexões a respeito dos impactos provocados pela chegada da atividade turística em um território periférico ao espaço urbano da sede do município de Teresópolis (RJ), em especial sobre os processos produtivos e reprodutivos que asseguram a constituição intergeracional de agricultores especializados no plantio de hortaliças. Adotando perspectiva processualista para apreensão dos dados, valorizo as condições situacionalmente variáveis de elaboração de projetos de reprodução social organizados por ações específicas por esses horticultores, especialmente aqueles marcados pela abertura deste universo pela ampliação de atividades turísticas. A valorização dessa perspectiva permite a compreensão de processos de inserção e reprodução sociais que exprimem a modificação de modelos produtivos e da percepção dos agricultores frente ao estímulo à desejada vocação do município como base de turismo de passagem e residencial, como centro recrutador de hóspedes periódicos da rede hoteleira e consumidores do turismo rural. A expansão dos serviços relacionados ao turismo neste espaço coloca em questão o modelo estatal de desenvolvimento e, mais recentemente, tem operado na diversificação de vínculos produtivos, acompanhados de diferenciada conformação de modos de assalariamento e de constituição de vínculos como trabalhadores do setor hoteleiro. Neste sentido, ressalto a constituição de agricultores como um dos papéis por eles exercidos, valorizando-os como agentes históricos constituídos a partir de processos sociais que implicaram diversas formas de conversão, adequação e redefinição da posição social e das próprias práticas sociais.

Palavras-chave: Diversificação produtiva. Trabalhador agrícola. Turismo rural.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um dos resultados de investimento em pesquisa etnográfica junto a agricultores especializados no plantio de hortaliças¹ em Vargem Grande, município situado na região periférica do centro de Teresópolis que, desde 1920, compunha a Fazenda Ermitage. Na década de 1950, um dos fragmentos dessa propriedade resultou na fazenda de Sr. Ernesto Menezes, reconhecido pelos interlocutores como um grande fazendeiro e produtor de marmelo. Tanto pelas experiências de vida ou pelo acúmulo de versões que ouviam dos mais velhos, dando início ao processo de fragmentação da fazenda que foi então adquirida por Sr. Antonio Limões, patrão do avô de um dos entrevistados. O lote então adquirido correspondia a mais de 200 mil hectares e incluía os morros que compõem a estrutura fisiográfica da Mulher de Pedra (o nome é decorrente de sua semelhança à silhueta de uma mulher deitada, cujo recorte é reproduzido pelos cimos das montanhas) e a cachoeira que a partir dela é formada e que compõem a Área de Proteção Ambiental Municipal da Vista do Soberbo. Vargem Grande corresponde, portanto, a uma localidade de várzea, situada no vale da Serra do Subaio, conformação rochosa integrante da Serra do Mar, com cerca de 2 mil metros de altitude.

Neste cenário de realização da pesquisa, em se tratando de espaço de produção especializado de hortaliças, me chamaram atenção as condições ambientais relativamente favoráveis daquela várzea. A experiência de realização do trabalho de campo com os agricultores em Vargem Grande aconteceu entre os meses de junho e julho nos anos de 2013 e 2014, quando foram realizadas entrevistas com 25 moradores, distribuídos em 14 grupos domésticos distintos. Para condução da pesquisa, vali-me ainda de entrevista semiestruturada e de outros recursos de compreensão de sistemas sociais. Em alguns casos, não pude obter entrevistas gravadas, até porque as conversas seguiam soltas entre eles, mesmo com a minha presença, principalmente após as colheitas e a entrega da produção aos agentes da comercialização. Nestes casos, a observação participante foi fundamental à compreensão do comportamento deste conjunto de produtores, conforme as técnicas e ferramentas consideradas por Malinowski (1998).

Durante este período de permanência junto aos agricultores, a versão pública que me apresentavam chamava atenção para a abertura daquele universo social provocada pela saída dos jovens² para constituírem vínculos de trabalho em outros espaços. Eram recorrentes as afirmativas, especialmente dos mais velhos, que sinalizavam as trajetórias de filhos ainda jovens e de netos que se constituíram priorizando outros recursos (além

¹ Como afirmou Melo (2013) sobre as características dessa especialidade, este sistema produtivo corresponde a um modelo de produção que valoriza o cultivo de plantas de consistência não lenhosa, de ciclo de vida curto, que exige trato cultural intensivo e áreas de cultivo menores, comparativamente à extensão de terra dedicada às grandes lavouras. Comparativamente ao sistema produtivo de *caixarias*¹, a intensidade de utilização da força de trabalho pelos produtores é maior.

² O termo juventude, enquanto categoria sociológica analítica, vem sendo reconhecido como período do desenvolvimento marcado por atributos correspondentes à fase transitória entre a infância e a vida adulta. Aos jovens são atribuídos alguns atributos definidores da condição de adultos, ou seja, a posse da condição de produção e reprodução da vida em sociedade. A utilização desse termo na sociedade brasileira, objeto de investimento realizado por Abramo (2005), coloca ainda em evidência as potencialidades dos jovens na transformação produtiva e na produção de inovações. Valendo-me desta contribuição, destaco o papel dos jovens como atores sociais dotados de dinamismo essencial à produção da sociedade moderna.

da terra) como mobilizadores de projetos de reprodução social.³ Essas versões apresentadas a uma recém-chegada, no entanto, foram sendo reelaboradas e chamavam atenção ao estado de constrição de produção material e de riqueza vinculada a terra em decorrência da saída dos jovens para outros espaços. Pelo que pude perceber, os interlocutores, ao refletirem comparativamente às condições de produção que puderam acompanhar durante o tempo dos pais, sinalizavam para outras formas de inserção social.

Assim, as versões compreensivas do processo de constituição do agrupamento de agricultores que valorizei correspondiam a um intercruzamento de temporalidades expressivas dos princípios de agregação que remetiam à construção de uma origem comum para aquele universo social que, naquele momento de realização da pesquisa, destacavam os efeitos da ampliação das redes de relações pela proximidade com a cidade de Teresópolis e da oferta de quadros de instituição comerciais e de prestação de serviços de turismo no bairro, dentre outros. O reconhecimento dos processos de construção daquele espaço facilitou o diálogo com os interlocutores e me ajudou a entender alguns dos limites de reprodução daquele sistema de relações e posições. E, pelo que pude compreender, correspondiam a versões contrastivas ao modelo espacial de organização da terra pautado pelo trabalho agrícola.

A compreensão dessas ações, dos modos de operação e esquemas de ação, operações comuns de sujeitos sociais, conforme a perspectiva valorizada por Certeau (1998: 35) ao relativizar práticas cotidianas, não podem estar destituídas do espaço onde se desenrolam. Sobre essas ações incidem as interferências produzidas em contextos de invenções e reinvenções, especialmente de práticas produtivas. Minha permanência neste vale permitiu compreender que o conjunto de agricultores em Vargem Grande estava preocupado com os crescentes limites impostos pela valorização do uso local da terra para outros fins que não aqueles voltados à produção de gêneros alimentícios, mas apontavam para as pressões impostas pela especulação imobiliária e a fragmentação das terras em decorrência da expansão da oferta de serviços de turismo e veraneio em serras, conforme reconheceu Biazzo (2008) ao se dedicar a análise das identidades e aptidões territoriais atribuídas às regiões do estado do Rio de Janeiro. Cabe destacar que, durante a década de 1920, o historiador Babo Sedlacek (2012), seguindo as veias da história traçadas a partir da atuação política da Companhia Estrada de Ferro de Therezopolis, apontou a Fazenda Ermitage como um pólo produtor da marmelada e de doces em compotas, ainda hoje reconhecidas pela marca Colombo.⁴

Pude ainda observar que a subdivisão dos espaços de apropriação de áreas de terra em Vargem Grande impunha aos agricultores uma série de constrangimentos, alguns deles como resultado do crescimento na oferta de serviços de turismo e de comércio; e outros pela saída dos filhos e de muitos produtores para constituírem vínculos de trabalho em outros setores, como haras, condomínios de veraneio, resort,

³ Como projetos de reprodução social elaborados pelos agricultores valorizo a incorporação de recursos prioritariamente utilizados para a gestão produtiva da terra, conforme sistema de valores localmente construído e reconhecido que orientam os modos de gestão não apenas dos instrumentos de trabalho, como da herança e da sucessão, bem como de estratégias de socialização de filho. (Motta e Zarth, 2008)

⁴ Em periódico de circulação restrita à região serrana do estado do Rio de Janeiro, um anúncio apresenta algumas variedades de doces derivados do processamento do marmelo em Petrópolis, município vizinho ao de Teresópolis, ainda no final do século XIX. Em consulta ao site da Hemeroteca Digital (<http://bdigital.bn.br/hemeroteca-digital/>) foram encontradas as seguintes referências sobre o cultivo do marmelo e o seu processamento por unidades de processamento: Jornal do Brasil – sexta feira, 18 de abril de 1902, página 05 e terça feira, 7 de abril de 1908, página 11; Correio da Manhã – sábado, 11 de agosto de 1903, página 5 e sábado, 13 de agosto de 1908, página 5.

campos de golf, centros de equitação. Ora, ser agricultor em algum momento da vida, valendo-se da agregação ou incorporação de condições de possibilidades contextuais para elaboração de projetos de vida, tanto para si quanto para os filhos, não significa que outros projetos não possam ser elaborados. Não posso negar que muitos desses agentes sociais permaneceram um longo tempo se dedicando ao trabalho na terra, como mencionaram os mais velhos, alguns se dedicavam a atividades de transporte e de comercialização em feiras, atuando como intermediários da atividade agrícola. Assim, como resultado desse investimento, elaboraram um sistema próprio de princípios norteadores de suas ações, caracterizadores de seu modo de vida como agricultores, mas não só.

A percepção de que a mudança nos princípios de organização e de afiliação em redes de relações era uma constante na constituição daquele universo social de produtores de Vargem Grande me levou a refletir sobre a ampliação dos espaços sociais, inclusive pela proximidade com espaços de consumo em expansão, tanto a própria cidade de Teresópolis, como também Petrópolis, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Niterói e Macaé. Se, por um lado, a facilidade pela absorção de novos modelos e padrões de consumo asseguraram a reprodução enquanto indivíduo, por outro, inviabilizaram a reprodução de um modelo de vida projetado pelos pais e avós. Por esse aspecto, passei a valorizar mudanças no estilo de vida que se pautava na prática de apropriação da terra e de formas de vida distanciadas do trabalho agrícola, como é o caso dos filhos de agricultores que constituíram vínculos como caseiros, jardineiros, auxiliar de serviços gerais, cozinheiras e passadeiras, trabalhadores formais da rede de empreendimentos constituídos pela expansão do turismo rural, neste espaço naturalmente favorecido pelas belezas naturais.

Diante dessas considerações, neste artigo, busco demonstrar que a expansão dos serviços relacionados ao turismo tem operado na diversificação de vínculos produtivos, acompanhados de diferenciada conformação de modos de assalariamento e de constituição de vínculos como trabalhadores do setor hoteleiro. Assim, pela valorização da pressuposta condição de autonomia dos filhos, escolhas todavia estrangidas pelo imediato quadro de instituições de produção de saberes e práticas, um princípio moral era inquestionável e orientava os comportamentos inter-geracionais. Como afirmavam os interlocutores: *cada um tem de procurar o que é melhor para si*.

2 A COMUNIDADE DE AGRICULTORES DE VARGEM GRANDE

Para desenvolver este exercício analítico, passo a valorizar a capacidade criativa desses produtores na objetivação de práticas e produtos a elas incorporados, conforme valorizou Bourdieu (2011: 143) ao analisar os modos de apreensão de diferentes práticas sociais. Valendo-me desta contribuição, passei a considerar a capacidade individual do produtor em processar a experiência social e conceber formas de lidar com a vida. Considero que a capacidade criativa dos produtores corresponde a processos de elaboração e reelaboração de respostas quase sempre pautadas na valorização da condição de autonomia e da minimização dos efeitos adversos do mercado sobre as unidades de produção que gerem.

Ao atentar-me para esses aspectos me aproximo das considerações que Neves (2007) apresentou acerca dos critérios de diferenciação de modos de organização de agricultores ao analisar a contribuição de autores em campos acadêmicos americanos e europeus. Como apontou, a classificação dos produtores correspondia a critérios de utilização da força de trabalho e aos modos de gestão da produção social, segundo

investimentos políticos e quadros institucionais de processos de constituição de programas públicos ou de intervenção social.

Por este prisma, o universo social por mim valorizado para análise abarca agentes sociais que orientaram suas ações enquanto pertencentes à comunidade de horticultores.⁵ Alguns deles desfrutando da condição de proprietários de terra, outros como meeiros, mas também agentes relacionados ao desempenho de funções da comercialização e do transporte de produtos agrícolas. Sobretudo, priorizei o diálogo com agentes sociais relacionados às etapas de produção imediata, do transporte e da comercialização de produtos hortícolas. Mantive também relações com chefes de grupos familiares, respectivas esposas e, quando foi possível, os filhos. Portanto, mas não só agentes vinculados ao processo produtivo de hortaliças.

A faixa etária compreendida por esse universo de entrevistados corresponde a indivíduos entre 25 anos e 80 anos de idade, aproximadamente. Os princípios que integram a constituição de redes de relações entre cada um dos membros desse universo social são diversos. Correspondem a laços consanguíneos e de matrimônio, relações de compadrio e de solidariedade, mas também de vizinhança e de manutenção de laços de afeto constituídos quando da frequência à escola local e outros espaços de socialização, como igrejas e espaços públicos de lazer.⁶

Os grupos familiares por mim selecionados permitem refletir sobre a atividade agrícola como uma das possibilidades e não apenas como uma das fronteiras de definição de grupos sociais. Ao compreender a comunidade de agricultores enquanto grupo de interconhecimento (Weber, 2009) não quero pressupor a homogeneidade de suas ações ou o sentido harmonicamente produzido entre eles. Como pretendo demonstrar, são inúmeros os casos de divergências e de produção de sentidos diferenciados às ações, cambiáveis conforme campos de ação desenhados analiticamente porque correspondentes a princípios de ação que não são uniformes. (Oliveira Filho, 1988)

A seleção do universo social de pesquisa foi orientada analiticamente pelas contribuições oferecidas por Geertz (2008). Como ressaltou, a etnografia representa uma forma de conhecimento no qual o trabalho de pesquisa pressupõe a constituição de relacionamentos entre pesquisador e interlocutores. Segundo o autor, o processo de seleção do universo social de pesquisa é definido pelo desafio necessariamente elaborado frente à possibilidade de compreendermos “nossas próprias construções sobre as construções de outros”. (Geertz, 2008: 7)

O pequeno grupo de moradores compartilha, em sua maioria, algum tipo de relação de proximidade, seja pela atuação em estabelecimentos comerciais do bairro ou por formas diferenciadas de relações de produção agrícola, ou ainda porque participaram, direta ou indiretamente, de um dos processos de fragmentação da terra.

Ao me valer dessas contribuições, pude também refletir sobre aqueles casos de moradores que não apenas realizavam a atividade agrícola, como ainda aqueles que

⁵⁵ Por comunidade de agricultores compreendo campo de relações sociais reproduzidas segundo valores e normas de sociabilidade e correspondem ao conjunto de interações sem que as fronteiras do grupo possam ser por elas delimitadas, mas atravessadas por fluxos de relações, conforme apresentado por Hannerz (1997: 8)

⁶ Durante a realização do trabalho de campo, pude perceber que especialmente no caso das crianças e dos jovens, eram recorrentes as visitas nos finais de semana aos espaços de recreação aos hóspedes do Hotel Le Canton. No caso das mulheres, aproximadamente entre 50 e 70 anos de idade, eram mais comuns as idas dominicais à igreja, tanto aquelas que pregavam a religião católica quanto a protestante, essas em maior número e denominações.

desempenhavam outras atividades possíveis, inclusive para projeção dos filhos. Passei então a selecionar outros grupos familiares que, referidos pelos agricultores que integravam aquele grupo de interconhecimento, haviam investido na apropriação de outros recursos para elaboração de projetos de reprodução social não só para si, como também para filhos. Em alguns casos, os produtores evidenciavam os constrangimentos no acesso a terra os quais pudessem investir na continuidade do trabalho que desenvolviam como agricultores. Assim, o grupo de entrevistados abarcava tanto agricultores que mantinham projetos de reprodução elaborados a partir da apropriação dos fatores de produção em Vargem Grande, quanto aqueles que, em situações de provisoriedade ou em contextos mais estáveis, haviam se afiliado às redes de relações em conformidade à abertura daquele espaço, especialmente pela proximidade da cidade de Teresópolis e da oferta de quadros de instituições públicas, comerciais e de prestação de serviços especializados de turismo no bairro.

3 TERESÓPOLIS COMO POLO DE ATRAÇÃO DO TURISMO

As redes de relações constituídas pelos agricultores pela vinculação ao comércio de produtos agrícolas, compreendidas pela atenção aos princípios de afiliação constitutivos da comunidade de agricultores, não corresponderam apenas à possibilidade de acesso a outros recursos agrícolas. Considerando o que me apresentaram os entrevistados, a ampliação do universo social pela emancipação de Teresópolis é um dos processos que orientou a ação dos agricultores durante este período. As narrativas por eles elaboradas apontam para a formação de Teresópolis como um ponto de interseção, de trajetórias que se tocam em pontos diversos.

A constituição do município e sua valorização como polo de atração e de constituição de relações comerciais pode ser demonstrado pela versão apresentada por Seu Társis. Pelas lembranças que pode acumular de Seu Max da Silva (avô do entrevistado), ele afirmou que Teresópolis à época era um dos distritos de Magé e de lá partia outro trem para a *Raiz da Serra* (Guapimirim). Seu Anderson refletiu ainda que, no caso da laranja, a comercialização não estava restrita a um único comprador, já que *eram diversas fábricas e todos sabiam que na região tinha muita laranja*. Também eram comuns as compras realizadas diretamente nas *chácaras* (unidades territoriais correspondentes à fragmentação das áreas de terra que integravam as grandes fazendas durante a produção do marmelo).

O processo de emancipação do município é apresentado por ele e valorizado pelos demais entrevistados como fator interveniente na comunidade de origem comum. Seu Társis apresentou-me a seguinte versão:

Isso aqui era o oitavo distrito de Magé. Antes disso aqui era tudo mato, na ocasião. E Petrópolis, já era Dom Pedro I. Hoje a gente fala Dom Pedro que mandava na cidade de Petrópolis. Ele tinha uma filha, que até na prefeitura de hoje tem uma estátua dela, que se chamava Teresa Cristina. Ela vinha passear à cavalo por esses matos aqui (em Teresópolis) e passou a conhecer a região. Ela veio por trilha, que era tudo mato. Era uma longa viagem. E aí, quando ela conheceu aqui, ela pensou em formar um distrito próprio. Então, logo que chegou a documentação para emancipar e tirar de Magé, qual o nome que iria colocar aqui? Então, como ela se chamava Teresa Cristina, colocou o nome de Teresópolis! (Seu Társis, entrevistado em julho de 2013)

Por este trecho de entrevista em destaque, algumas demarcações orientaram suas ações neste período. Por exemplo, a nomeação da cidade em homenagem à presença constante da família real e mais especificamente de Teresa Cristina (o que posteriormente direcionou uma série de políticas públicas para o município) e o clima ameno e relevo montanhoso que se assemelhavam ao clima europeu, estimulador das visitas constantes ao município e fonte de atrativo comercial.

O processo de emancipação do distrito de Teresópolis permite localizar no tempo o processo de interpretação que um dos entrevistados sinalizou: *como é que Teresópolis começou há cerca de 200 anos*. Os registros oficiais do município e os agentes sociais da pesquisa fazem referência à homenagem prestada a Teresa Cristina, como apontam: *Tere = Teresa e pólis = cidade*. Por tal homenagem foi erguida uma estátua na praça central no município. Lamego (1950) igualmente mencionou, em relação à origem do município de Teresópolis, que o nome foi uma homenagem a Imperatriz Dona Teresa Cristina. Até então, o lugar de difícil acesso, conhecido como freguesia de Santo Antônio do Paquequer, criada em 25 de outubro de 1855, e estava subordinada a Magé.

Neste contexto, tal como descrito pelo autor para a região Serrana do estado, Teresópolis chamava atenção pela “beleza suprema entre os cenários serranos fluminenses” desde o início do século XIX. Como apontou o autor, “o local da cidade e suas redondezas jamais tiveram um desenvolvimento cultural pela extensiva exploração do solo, pois também ali as elevadas altitudes eram impróprias aos cafezais.” (Lamego, 1950: 210)

Sobre o processo de emancipação de Teresópolis, Babo Sedlacek (2012) apontou que a oferta dessas estradas e sua posição estratégica, inclusive, fizeram com que a categorização da cidade fosse oficializada em 1890 pelo então governador do Estado Francisco Portella. Entretanto, o autor chama atenção para a existência anterior deste nome e para o fato de que a homenagem se deu na cidade que deveria ser a capital estadual.

O historiador apontou que, no período correspondente entre os anos de 1890 e 1895, concomitantemente à emancipação de Teresópolis, o Governo Provisório realiza uma concessão para ferrovia para Domingos Moitinho, em 1890, a chamada Companhia Estrada de Ferro Therezopolis - EFT⁷. Ainda durante este governo, houve igualmente outras concessões para a ligação, por via férrea, entre Niterói e Teresópolis, município então cogitado como futura capital do estado. Conforme os dados apresentados pelo autor, o primeiro trecho da EFT foi inaugurado 16 anos depois (em 1896). Por este trecho, o porto de Piedade e a Raiz da Serra (hoje Guapimirim) foram interligados. Ao final da década de 1910, a EFT é transferida à administração da Fazenda Federal pela Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB. Sobre este aspecto, comenta o autor:

Em primeiro lugar, chama a atenção a menção de Portella como sendo aquele que batizou a cidade, em homenagem à imperatriz desterrada. Nada seria mais curioso que isso, caso se desse em pleno Governo Provisório uma homenagem tão inusitada justamente naquela que deveria ser a capital estadual. Embora não seja possível determinar a origem do nome, certamente este veio após a criação de Petrópolis, tendo alguma relação com a origem

⁷ Companhia Estrada de Ferro Therezopolis, registro nº 876, livro nº 37, da Junta Comercial, de 17 de julho de 1890.

daquela colônia. Vimos que já era corrente na documentação oficial desde a década de 1850, como referência à povoação na freguesia de Santo Antonio de Paquequer, e fica claro que foram os costumes que a batizaram assim. O fato de Francisco Portella ter criado o município de Therezopolis, constituído pelas freguesias de Santo Antonio de Therezopolis, tendo a sede na povoação e futura cidade de Therezopolis, oficializando o nome que era usual, só vem a demonstrar que não se pretendia nenhum radicalismo para simbolizar o fim do Império, e que o regime republicano herdou muito do seu antecessor. (BABO SEDLACEK, 2012: 57)

O município era servido pela Estrada de Ferro Teresópolis, um dos ramais da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ligava a cidade de Teresópolis a Magé. De acordo com o historiador, Teresópolis mantinha comunicação prioritária com as regiões portuárias para escoamento das cargas a partir dos trajetos traçados pelas estradas Ferro Carril de Therezopolis (ECT) - 1873 (antes chamada Estrada de Magé a Sapucaia - 1860) e EFT e também pela estrada direta Rio-Teresópolis e pela atual Rodovia Santos-Dummont – BR-116 (antes denominada de BR-4 Rio-Bahia).

Essas estradas estavam a cargo de companhias concessionárias que realizavam cobranças pelos direitos de uso de portagem, já desde início do século XIX. Entretanto, as estradas tornaram-se vias relativamente facilitadas ao acesso por animais de carga, mas ainda intransitável por carros ou outros tipos de veículos, sendo constante o fluxo de *tropas*.

A relevância da EFT neste período equivalia ao papel desempenhado na organização e manutenção dos circuitos mercantis municipal, e principalmente na tentativa de fazer de Teresópolis uma capital nacional. A oferta de redes de transporte de Teresópolis a Magé e de Magé ao Rio de Janeiro correspondia aos circuitos da produção para atendimento da cidade do Rio de Janeiro em processo de expansão.

Segundo os dados apresentados por Lamego (1950), para demonstrar a extensão deste universo de relações, a população da cidade de Teresópolis, durante o início do processo de emancipação, correspondia a 10.049 pessoas e, decorridos aproximadamente 50 anos deste processo, a população municipal era de 29.799. (Lamego: 1950: 227)

Em levantamento realizado por Galvão (1962), a autora sinaliza o trunfo do caminhão sobre o transporte por *tropas* em lombo de burro, ainda no começo da década de 1930. Os tropeiros, saindo à noite de seus ranchos, ora a cavalo, ora a pé, seguiam pelas estradas em grandes caminhadas até a cidade. Como afirmou, o tipo de transporte ligado às condições topográficas assume papel de particular importância na compreensão de alguns contrastes da ocupação humana no Rio de Janeiro.

Dados divulgados no sítio eletrônico da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, apontaram para a existência da Estrada de Ferro Leopoldina, que passava pelo município de Nova Friburgo, principalmente durante as décadas de 1920 e 1940. Esta via possibilitou não apenas a comercialização da produção agrícola como serviu de carga de passageiros, especialmente aqueles engajados pela vida acadêmica no Colégio Anchieta. Os passageiros também eram atraídos pela valorização da região serrana desde este período como local de veraneio. Os períodos de férias de verão e finais de semana eram os mais movimentados em direção à Teresópolis. Desde este contexto, o município propiciou o crescimento do turismo residencial e sazonal.

Como refletiu Seu Társis da Silva e seus irmãos, aos relatos de *viajantes*, tais como tive acesso na página eletrônica *on line* da RFFSA. No início da década de 1940,

os trens, prioritariamente destinados ao transporte de cargas, seguiam de Cachoeiras de Macacu para Nova Friburgo.

Campos (2015), em artigo comemorativo sobre os 150 anos da EFCB (1858-2008), sinaliza que a ferrovia inicialmente foi denominada Estrada de Ferro D. Pedro II – EFDPII - (inaugurada em 1858). Na época de sua construção, a Imperial Companhia de Navegação a vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis (conhecida como Estrada de Ferro de Mauá) estavam em atividade. Esta última fora inaugurada em 1854 e correspondia a 14,5 km de linhas férreas. A EFDPII partia da corte imperial e, por seu traçado estratégico, atendia à corte e às três principais províncias e posteriormente aos três estados mais ricos da federação, como identificou.

O quadro (Quadro 1) a seguir apresentado resume o processo de constituição da rede ferroviária, conforme elaborado por Campos (2015):

Quadro 1 - Síntese do processo de constituição da Estrada de Ferro D. Pedro II (1858-1941)

Período	Características
1858-1865	Constituída em 1855, a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II construiu a Estrada de Ferro D. Pedro II (EFDPII), inaugurando-a em 1858. Até 1865, manteve-se como uma empresa privada.
1865-1889	Em 1865, a EFDPII foi encampada pelo Governo Imperial. Suas linhas que se iniciavam no município neutro do Rio de Janeiro, chegaram a Minas Gerais, em 1869.
1889-1941	Com a República, em 1889, a IFDPII passou a chamar-se Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Na última década do século XIX, a EFCB teve importante papel na construção da capital mineira.

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir de Campos, 2015.

A consulta aos dados da EMB (1959) aponta que a cidade de Teresópolis estava ligada à rede rodoviária estadual pela rodovia federal de Itaipava, com cerca de aproximadamente 34km. Por esta via, de Teresópolis era possível chegar também a Três Rios e Petrópolis, de onde partia a estrada para a Capital Federal (Rio de Janeiro). Teresópolis também se comunicava com Nova Friburgo, interligado por um sistema rodoviário para a Capital. Segundo esses dados, Teresópolis tinha 208km de estradas de rodagem: 12 federais, 78 estaduais e 118 municipais. Por estas rodovias, as vias de ligação de Teresópolis com a capital correspondiam às redes de comunicação com outros municípios.

Em relação à vocação de Teresópolis como polo de atração de visitantes ainda na década de 1890, tal como os interlocutores apontavam em situações de entrevista, valho-me de informações também consideradas pelos autores que apresentaram a passagem de Domingos Moitinho, então responsável pela empreitada, como frequentador de Teresópolis e como proprietário de chalé para repouso no município desde 1892. O historiador também afirma que o município de Teresópolis à época recebeu o presidente Prudente de Moraes como hóspede. (Vieira, 1934 *op cit.* Babo Sedlacek, 2012)

A incorporação de outras fontes de dados para dar conta da compreensão deste campo de ação chama atenção para a valorização da região Serrana como polo turístico atrativo, como apontou Lamego (1950), destaque:

Ao ser transposta a serra do Mar, entrava um caminho na grande fazenda de um inglês, o Dr. March, com magníficas plantações de frutas europeias e hortaliças que suprem a capital, estância para a criação de cavalos e mulas e culturas de milho, feijão e batatas. Nessa propriedade construíram-se várias casas de campo que são ocupadas pelas famílias inglesas do Rio nos meses quentes. Também o proprietário dá pensão em sua residência e raro acontece que o lugar esteja sem visitantes. (Lamego, 1950: 211)

A valorização da beleza natural de Teresópolis era artifício utilizado pelos representantes do governo do Estado para promover a colonização do lugarejo. No entanto, isolada entre as montanhas, manteve-se escassamente povoada. Segundo as informações coligidas por Lamego (1950), em 1872 a freguesia era povoada por 3.257 habitantes e este número foi reduzido em 1890. Cabe ainda mencionar que neste mesmo ano em que a população de Teresópolis foi reduzida, em 21 de janeiro foi decretada como capital do estado do Rio de Janeiro, fato que não se consumou devido às dificuldades de acesso e de comunicação com o centro urbano estadual.

Em estudo recente sobre o papel do turismo residencial no estado do Rio de Janeiro, mediante análise das estratégias de produção familiar para assegurar as condições de reprodução social, Marafon (2003: 11) identificou que o município de Teresópolis corresponde a uma área não apenas marcada pela produção de hortigranjeiros, mas também representa uma área de turismo devido à presença de hotéis-fazenda, pousadas, resorts, valorizadas pela associação ambiental de unidades produtivas a aspectos de vilegiatura preservada na região.

A produção do desejo de consumo de serviços ambientais rurais nesse período também influenciou a dinâmica de outros municípios da região serrana, como valorizada nos estudos realizados por Schiavo (1997) e Carneiro (1998). Sobre os diferentes usos a que a terra pode corresponder, Schiavo (1997: 57), mediante realização de pesquisa na região de Nova Friburgo, valorizou formas de consumo do lugar por migrantes provenientes de áreas urbanizadas do estado, em busca de qualidade de vida e propostas de consumo de alimento sem agrotóxico. Em muitos casos, a produção sem agrotóxico não correspondia ao modelo adotado pelos agricultores em tela, que foram então convertidos a esse estilo de cultivo por ações recorrentes de representantes dos movimentos de conscientização dos lavradores, como mencionou Schiavo (1997: 25).

O reconhecimento da terra pelo valor mercantil é expresso no trecho de entrevista com Seu Leandro, produtor do bairro: *hoje não tem mais muita gente querendo trabalhar na terra não. Todo mundo quer trabalhar num lugar mais fácil. O reconhecimento, principalmente pelos mais jovens, das facilidades de exercício do trabalho afastado das lavouras correspondeu, nesse caso, à abertura do universo social imediato.*

As mudanças na organização do espaço provocadas pela utilização da terra como recurso prioritariamente de residência são aspectos que contrastivamente os interlocutores chamaram atenção por lembranças das vivências quando iniciaram as atividades nas lavouras de hortaliças. Mencionou o produtor que a *roça de Vargem Grande, de uns 30 anos para cá, deve ter diminuído uns 70%. Tinha muita roça aqui. Esse condomínio aí embaixo era tudo roça. O Hotel Le Canton era roça.*⁸ De acordo

⁸ Segundo informações apresentadas no sítio eletrônico do hotel, construído com arquitetura suíça, ele corresponde a um complexo de recursos para lazer: piscina, restaurante, academia de ginástica, saunas, bares com música, queijaria, fazenda com exposição de animais, quadras de esportes, dentre outros

com a versão elaborada, o produtor, impossibilitado de enfrentar os limites impostos pela falta de mão de obra, pela saída dos filhos para constituição de outros vínculos produtivos, vendeu as terras para o proprietário do hotel Le Canton.

Em estudo recente sobre a composição socioespacial dos municípios da Região Serrana, Fusco (2005) apontou que o município de Teresópolis tem sido reconhecido como uma das áreas tradicionalmente ocupadas pela atividade turística e agropecuária, atividades que estão intimamente ligadas à dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo pela valorização do município durante o veraneio ou pelo turismo marcado pelo “consumo de espaços, paisagens e hábitos ligados ao universo idealizado do rural”. (Fusco, 2005: 90-91) A valorização do município como polo turístico é favorecida pelas facilidades de deslocamento entre as cidades, recursos disponibilizados pela política pública de transporte ligando Teresópolis aos grandes centros urbanos, como demonstrado anteriormente.

Diante desse quadro de mercantilização do valor da terra, os produtores passaram a avaliar as vantagens e as desvantagens relativas de manutenção na condição de produtores. Nos casos de avaliação negativa, pela consideração das dificuldades enfrentadas para atendimento às demandas de consumo do grupo doméstico, muitos deles venderam ou alugaram suas terras e constituíram vínculos produtivos como trabalhadores assalariados em hotéis, condomínios e demais instituições de prestação de serviços ao turista ou veranistas.

4 PROCESSOS DE FRAGMENTAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA

O acesso aos fatores de produção em condições adequadas à exploração é fator igualmente fundamental à organização da unidade familiar, segundo advertiu Chayanov (1981). Em Vargem Grande, as condições de acesso a terra estavam relacionadas à demarcação de espaços ocupados pelo mato (tipos de vegetação conhecidas pelo abandono ou não utilização produtiva).

Ao dar atenção às condições de acesso a terra segundo as versões elaboradas pelos interlocutores dessa pesquisa, fui levada a refletir sobre os sistemas de valores que orientaram as ações de sujeitos diversos na apropriação da terra, e inclusive convergindo na produção de novas formas de vinculação. Como pude observar, de um modelo predominantemente afinado ao valor de uso, sobre a terra foram atribuídos valores mercantis decorrentes não apenas da possibilidade de produção de recursos agrícolas para atendimento às demandas do mercado, como pela adesão a um estilo de vida em que o bem-estar, atribuído àquelas das situações urbanas, correspondeu a um processo banalizado pela atribuição de predomínio do turismo residencial.

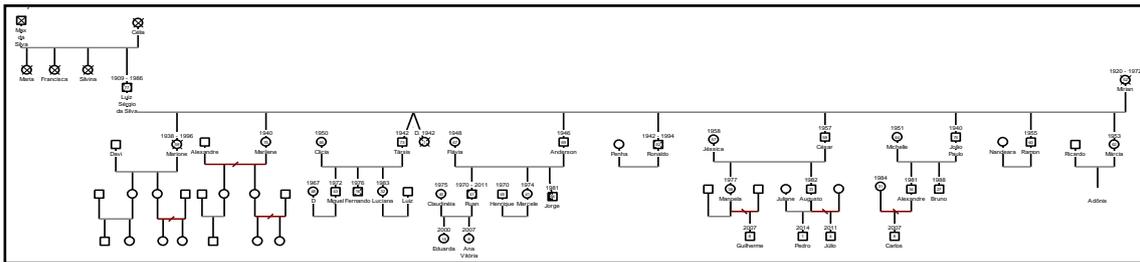
Diante das possibilidades de apropriação da terra pelos produtores, as ações desses agentes, por vezes se referenciavam a terra como fonte de produção de recursos e de produção de excedentes; por outro, era valorizada como recursos monetário e comercializada para atendimento às demandas financeiras frente a valorização de outros vínculos produtivos pelos filhos.

Como âncora analítica para compreender os princípios que orientaram as ações dos produtores entrevistados e que integram este campo de ação, elejo o caso de Seu Tárzis. Situado na terceira linha de descendência que os membros identificaram para a

recursos. Além disso, as acomodações luxuosas são voltadas ao atendimento de um público seletivo, que tem procurado a região em busca de atrações e serviços de lazer diferenciados daqueles encontrados em outros centros urbanos.

família Silva, nasceu em 1942 (contando com 72 anos quando da realização da entrevista). É um dos dez filhos de Seu Luiz Sérgio, familiar referenciado como da segunda descendência. Seu Luiz Sérgio (1909-1986) era o único filho homem, caçula, de uma unidade composta por três irmãs (Maria, Silvina e Francisca). Seu Max da Silva é referência comum aos demais irmãos de Seu Tárzis, valorizado como representante da origem do grupo de descendência familiar, assim demarcada porque corresponde à chegada do avô em Vargem Grande. A figura adiante apresentada permite visualizar a composição por descendência dos membros desta família e a identificação dos interlocutores. (Figura 1)⁹

Figura 1 - Composição geracional dos membros da família Silva



Fonte: Dados elaborados pela autora.

Analisando contrastivamente as condições em que o pai se manteve na posição de *arrendatário* nas terras do *fazendeiro*, Seu Tárzis da Silva revela alguns dos princípios que norteavam a antecipação da transferência de área de terra do pai para o filho. Em meados da década de 1950, recebeu do pai um pedaço de terra e investiu na lavoura de nabo. Pela análise *bem sucedida*, como considerou, pode acumular recurso e adquirir meio de transporte utilizado no deslocamento de produtos agrícolas de Vargem Grande para regiões vizinhas.

Concomitantemente ao trabalho que realizava nas próprias lavouras, os filhos de Seu Luiz Sérgio permaneciam ajudando os pais naquelas sob sua gestão. Nesse período, o trabalho familiar viabilizava a continuidade de lavouras diversificadas, em atendimento às demandas de consumo familiar, além de áreas para criação de alguns animais como fonte de carne e leite.

A melhor produtividade da lavoura ancorava-se no *ritmo de trabalho* (tempo dedicado ao trabalho na terra reconhecido como necessário a realização das lavouras de hortaliças) que desde a infância os filhos realizavam. No caso de famílias numerosas, com filhos em diferentes estágios de desenvolvimento, o pai podia dispor áreas mais amplas para os mais velhos, condição assegurada até que o filho mais novo alcançasse o grau de maturidade reconhecido também para assumir a gestão do lote a ele atribuído.

⁹ As marcações utilizadas nessa figura e nas demais que apresentam a composição familiar dos grupos familiares por mim valorizados para análise correspondem aos padrões definidos pelo recurso GenoPro. Assim: quadrados representam homens; os círculos, mulheres; "x" sinaliza indivíduos falecidos; linhas horizontais correspondem a casamentos; linhas horizontais com traço vertical correspondem aos vínculos matrimoniais rompidos; linhas verticais angulares correspondem a casos de gêmeos; e a marcação pela metade em preto corresponde a indivíduos com deficiência física. As datas na parte superior apresentam o ano de nascimento e, quando for o caso, do falecimento. Os números no interior dos quadrados e dos círculos correspondem a idade dos membros do grupo familiar considerando-se o momento de elaboração dos gráficos, em 2015.

Sobre esses arranjos familiares, Seu Anderson, também herdeiro de Seu Luiz Sérgio, esclareceu que, anteriormente à realização da partilha por herança, seu irmão mais velho (Seu Tárzis) havia saído para *trabalhar fora*, propiciando a César o acesso a um pedaço pequeno de terra para plantio, processo sucessivo posteriormente à saída de outro irmão. Nessa condição, pode obter melhor rendimento, em decorrência do aumento do volume da produção comercializada.

Seu César, quando jovem, passou a trabalhar em lavoura *por conta própria*, mas sob parceria com um de seus irmãos mais velho (Seu Anderson). Pelo trabalho em parceria, o entrevistado passou a se dedicar à lavoura de hortaliças e, valendo-se das redes de comercialização constituídas pelo irmão, acumulou recursos fundamentais à construção da casa em atendimento ao projeto de constituição de vínculo matrimonial. Por esses arranjos, subdividiam-se as unidades familiares de produção e reproduzia-se um modo de vida organizado a partir do acesso à terra como fundamental fator de produção.

Após o falecimento do pai, os herdeiros deram início ao processo de partilha legal da terra. A área foi dividida em 9 partes, descontando-se aquela referente à reserva do manancial (cachoeira da Mulher de Pedra). Com a finalização do procedimento legal, o tributo deixou de ser o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e passou a Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O processo de subdivisão do Sítio Santo Antônio não correspondeu, entretanto, a partilha, quantitativamente igualitária, tendo sido considerado os diversos graus de produtividade e adequação a produção agrícola. O sistema de classificação da terra, nesse caso, se coaduna à possibilidade de sua exploração: *quem pegou o terreno inferior ficou com um pouquinho a mais para cobrir a diferença*. Os herdeiros que ficaram *com uma areazinha menor um pouco*, como é o caso dos terrenos de região de *baixada*, receberam *um terreno mais bonito*. (Quadro 2)

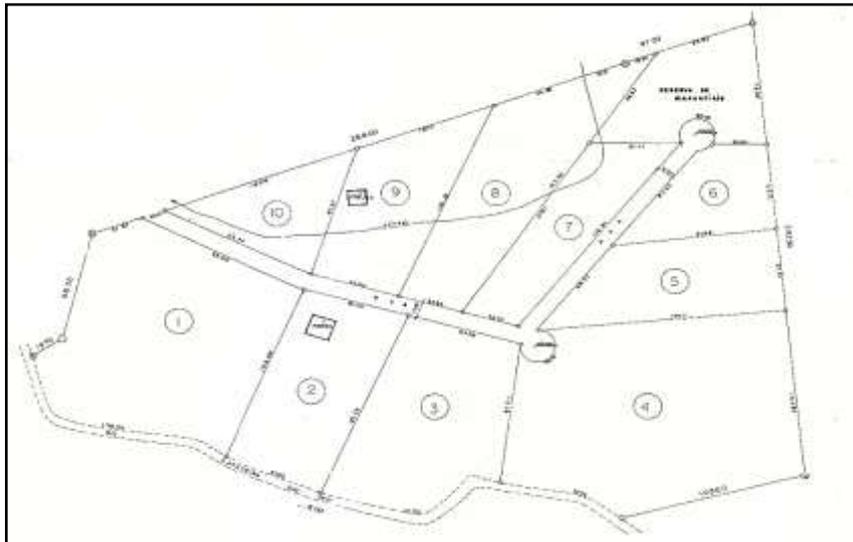
Quadro 2 - Distribuição dos lotes e proprietários pelo processo de desmembramento da área de terra da família Silva, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), em 1996

Lote	Nome do proprietário	Área (m ²)
1	Anderson da Silva	13.816.00
2	Tárzis da Silva	6.721.00
3	César da Silva	8.643.00
4	João Paulo da Silva	16.840.00
5	Marilene da Silva	5.775.00
6	Franca Batista	3.512.00
7	Franca Batista	4.833.00
8	Ronaldo da Silva	7.900.00
9	Márcia da Silva	5.852.00
10	Tárzis da Silva	3.710.00

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir de consulta a planta para desmembramento correspondente ao processo número 7.835/94.

A incorporação desses dados à análise só foi possível pela apresentação da “Planta para desmembramento de uma área de terras situada em Vargem Grande”¹⁰ por um dos herdeiros. A planta, elaborada para objetivação do processo de divisão dos lotes, em novembro de 1996, assinala a fragmentação inerente à transmissão hereditária da terra, abarcando, após a partilha, 10 áreas¹¹. Esse processo pode ser também melhor visualizado no mapa a seguir. (Mapa 1)

Mapa 1 - Fragmentação da propriedade de terra de Seu Luiz Sérgio da Silva, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 1996



Fonte: Adaptado pela autora a partir da planta para desmembramento de área de terras situada em Vargem Grande, julho de 2013.

O acesso a terra por herança, contudo, não era a única alternativa aos produtores. Concomitantemente, o processo de aquisição de terras por compra crescia na região. Por tal possibilidade de acesso a terra, seu valor progrediu em escala exponencial. Seu Tárzis, ao refletir contrastivamente ao tempo atual de elaboração de projeto de vida como produtor, afirmou que muitos de seus irmãos venderam pedaço de terra a outros moradores. Alguns deles deram continuidade ao uso da terra como fonte de rendimento; outros, investiram na construção de vilas de casas para locação, mas também houve casos de utilização da terra apenas como moradia fixa ou de vilegiatura (processo de ocupação da terra esporádico, marcado por períodos de férias escolares e/ou trabalhistas e por ocupações em moradias dedicadas ao veraneio, especialmente em locais afastados dos centros urbanos).

No caso dos proprietários de terra, as regras de transmissão desse recurso correspondem a transações de antecipação do direito de uso pelos pais aos filhos.

Contribuição que permite sintetizar as dificuldades relativas inerentes aos processos em jogo pelo casamento dos filhos foi realizada por Heredia (1979). O trecho que destaco sintetiza as reflexões da autora acerca deste momento de constrangimento pelas limitações no acesso a terra pelo produtor:

¹⁰ Processo registrado na Divisão de Edificações da Prefeitura Municipal de Teresópolis.

¹¹ A área atribuída às ruas foi de 3.810m² e de reserva de mananciais de 5.588.00m², considerando um total de 87.000.00m².

Algumas unidades familiares, quando um dos seus membros casa, vêm-se obrigadas a dar um pedaço de terra da parcela familiar, para que os noivos construam sua casa, muito embora continue sendo evitada a concessão, ao mesmo tempo, de uma parcela da terra na qual se estabeleça um novo roçado. Isso se deve ao reduzido tamanho da parcela de terra, razão pela qual sua fragmentação a tornaria improdutiva. O filho a quem se dá lugar para fazer sua casa deverá trabalhar fora da propriedade paterna. (Heredia, 1979: 146)

As semelhanças das condições de acesso a terra, relativamente àquelas apontadas pelos interlocutores dessa pesquisa, permite refletir sobre as dificuldades na manutenção da posição de produtores, especialmente pelos filhos. Esses casos apontam os limites impostos aos fatores de produção como problemática recorrente na manutenção da condição de produtores.

Considerando que o acesso a terra em Vargem Grande é predominantemente assegurado por relações de arrendamento, diversos produtores, na condição de arrendatários, apontaram para outros arranjos possíveis. Nesses casos, sem poder contar com a garantia da parcela de terra pela herança, os filhos investiam na construção de vínculos laborativos fora da unidade familiar de origem. Ou, ainda, passaram a se dedicar ao trabalho em lavouras próprias, situação em que podiam acumular algum rendimento para aquisição, no futuro, de pedaço de terra.

Além disso, nesse contexto de constituição da origem dessa comunidade de agricultores, o valor atribuído a terra era decorrente da apropriação dela e da atividade agrícola como condições de vida. O valor da terra estava vinculado à capacidade de realização de sistemas produtivos, mas também pela oferta de água e de condições adequadas de solo necessárias à implementação dessas atividades.

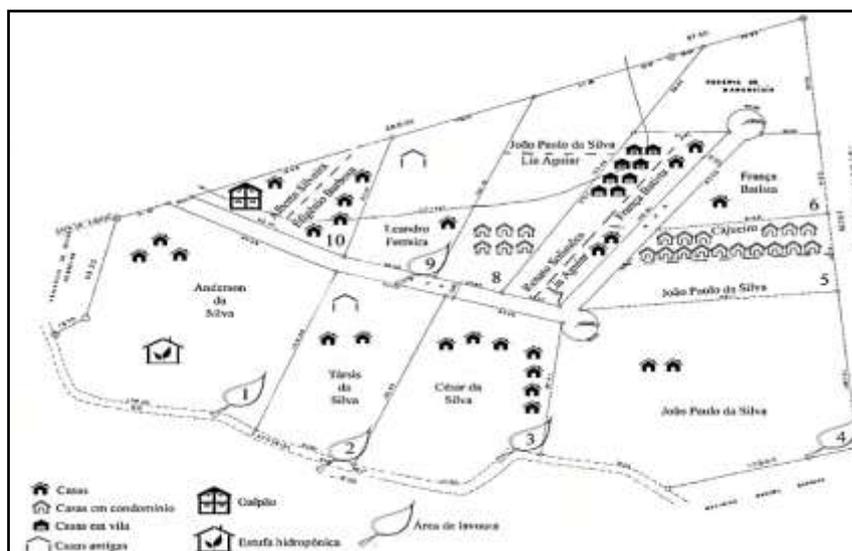
O processo de transferência dos lotes pelos herdeiros¹² foi realizado da seguinte forma: o lote 5, de Dona Marilene, foi vendido em duas porções de 50% após a partilha para o irmão João Paulo e outra para o Cajueiro. Atualmente esta área foi vendida e uma construtora edifica um condomínio com 16 casas. Destas, Cajueiro recebeu uma como pagamento pela venda da terra. O lote 6 foi vendido por Seu Luiz Sérgio anteriormente à partilha a Dona Lia Aguiar, que posteriormente vendeu para Dona Franca Batista. Neste lote atualmente existe apenas uma casa construída, onde reside um dos filhos de Dona Franca. O lote 7, que por direito pertencia a Seu Ramón, foi vendido antes da partilha: uma parte para Seu Renato Solimões (75%), que construiu uma vila com 8 casas para locação, e outra parte para Dona Lia (25%), que construiu duas casas, uma delas para aluguel. Quando da elaboração da planta, Dona Lia havia vendido parte do terreno para Dona Franca, mantendo-se como proprietária da casa onde reside até então. Seu Ronaldo que, por direito, receberia o lote 8, vendeu antes mesmo da partilha, 25% para o irmão João Paulo e 75% para Dona Lia, que construiu 6 casas, em uma delas reside seu filho e esposa. O lote 9, após a partilha, foi vendido por Dona Márcia a Seu Leandro Ferreira, que reformou a casa construída por Seu Luiz Sérgio e posteriormente ergueu mais uma casa. O lote 10, anteriormente à divisão da terra, foi vendido por Dona Marione aos irmãos Seu Anderson (50%) e a Seu Társis (50%). Este vendeu para Dona

¹² Moura (1978: 52), em estudo de caso com agricultores de Minas Gerais sobre as relações de parentesco e herança da terra, valorizou os ajustes produzidos quando a terra se encontra sob ameaça de fragmentação. Segundo mencionou, a antecipação do acesso a terra permite assegurar a autonomia da nova unidade sem colocar em risco a reprodução do modo de vida como produtor.

Neusa alguns anos depois, que posteriormente vendeu para Seu Efigênio Barbosa, que também investiu na construção de 4 casas para venda. A metade da área de Seu Anderson foi vendida para o pai de Dona Bruna, esposa de Seu Alberto Silveira, que construiu uma casa e um galpão.

Para compreensão desse processo de fragmentação da área do Sítio Santo Antônio, em decorrência de arranjos familiares e de compra por outros moradores, as situações de entrevistas com os membros da Família Silva não foram suficientes. Conteí, para tanto, com caminhadas no bairro em companhia dos informantes-chave e com aceitação da proposta de elaboração de croquis. Frente aos inúmeros rearranjos, seria difícil compreender a transferência dos lotes e elaborar esboço do que seria hoje o espaço do grupo de produtores. Também não teria entendido as pressões e os engajamentos que os produtores em Vargem Grande vêm vivenciando para se manterem nessa condição. A apresentação correspondente aos investimentos que realizei na tentativa de unir os dados levantados durante a realização de trabalho de campo encontram-se no mapa a seguir. (Mapa 2)¹³

Mapa 2 - Fragmentação da planta de desmembramento, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2015



Fonte: Dados elaborados pela autora.

Como tento demonstrar, a continuidade do processo de transferência da propriedade da terra dos quatro herdeiros que permaneceram na terra, apenas um deles (Seu João Paulo) não comercializou a terra que recebeu pela herança e por compra de parte dos irmãos. Seu Társis vendeu o pedaço de terra que comprou de Iolanda; Seu César doou uma parte para os trabalhadores construírem casas como indenização pelos anos de trabalho na lavoura e Seu Anderson vendeu uma parte que adquiriu de Dona Marione.

Os efeitos decorrentes da alteração do valor atribuído a terra em Vargem Grande podem ainda ser mensurados pelos dados quantitativos relacionados às formas de aproveitamento da terra. Gostaria de chamar atenção, no entanto, que este não foi o

¹³ Este mapa foi elaborado a partir da ferramenta Photoshop CS5 pela Dra. Michelle Hanthequeste Bittencourt dos Santos, a quem agradeço enormemente a colaboração.

único fator preponderante. No que correspondeu aproximadamente ao início da década de 1950, eram constantes os anúncios sobre a oferta de casas para aluguel em temporadas durante o inverno ou comercialização de terrenos de altitude para construção de residências, como já demonstrado anteriormente.¹⁴

A valorização de Teresópolis como um espaço de oferta de um tipo de turismo sofisticado, inclusive residencial, como igualmente apontaram os interlocutores, também apareceu nos anúncios sobre modalidade esportiva restrita aos municípios da região serrana, tal como a oferta de campos de *golf* a jogadores vinculados a *alta classe social* (médicos, advogados, engenheiros e demais profissionais de nível superior de ensino). Segundo os dados divulgados por jornais de circulação no estado do Rio de Janeiro, eram recorrentes os convites e propagandas sobre espaços de visitas turísticas e períodos de férias no município.

Além disso, o município foi selecionado como espaço de concentração da seleção brasileira de futebol, como divulgou notícia publicada no Jornal do Brasil, Segundo Caderno, em 01 de março de 1959. De acordo com as informações prestadas pelo jornal, a disputa entre as cidades candidatas a hospedar os jogadores da seleção, nas vésperas de realização do Campeonato Sul-Americano de Futebol em Buenos Aires, Argentina, se estabeleceu entre as cidades de São Lourenço, Caxambu, Poços de Caldas, Volta Redonda, Brasília e Teresópolis (primeira a lançar candidatura). Como anunciou a matéria assinada por Célio de Barros “A novela da concentração”, a escolha por Teresópolis correspondeu ao “clima agradável, condições de boa altitude, no meio de florestas, com dias e noites bem agradáveis, dispondo ainda de fartos recursos, dada a sua proximidade com a cidade” (Jornal do Brasil, 01 de março de 1959, página 01). Chama-se assim a atenção para a prestação de serviços ambientais e de consumo de áreas de lazer valorizadas como *rurais*, em ascensão nesse período na região serrana do estado do Rio de Janeiro.

O aumento do valor da terra funcionou como um desestímulo aos produtores para a renovação dos investimentos nas lavouras. Nestes casos, são recorrentes os produtores que venderam e vendem suas unidades de produção para conversão em sítios ou locais de residência ou de veraneio. No caso da região serrana, essa aproximação com regiões urbanas desempenhou um duplo papel: funciona como zonas ampliadoras do consumo e de valorização da produção e, por outro lado, responde ao efeito centrífugo crescente sobre áreas agrícolas. Esse efeito também foi identificado por Musumeci (1987: 42) ao analisar as condições de produção de agricultores especializados em hortaliças em municípios próximos ao centro urbano do Rio de Janeiro.

A alteração do uso da terra correspondeu a uma série de investimentos pela valorização da terra não apenas como fonte produtora de recursos, mas como espaço de residência afastado dos grandes centros. Os interlocutores mencionaram para a presença constante de construtoras na região que, ao adquirirem terras de alguns produtores, investiram na construção de condomínios e casas para locação a turistas.

Como tentativa de compreensão desses processos de urbanização e expansão do quadro institucional que incidiram sobre a região, vali-me de caminhadas locais acompanhadas por alguns moradores em diferentes percursos. O resultado desse investimento apresento no mapa abaixo. (Mapa 3)

¹⁴ Jornal do Brasil, domingo, 01 de janeiro de 1950, página 9.

Mapa 3 - Utilização do espaço em Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2015



Fonte: Googlemaps, 2015. Dados elaborados pela autora. As estrelas em amarelo indicam a localização aproximada de representantes dos grupos familiares por mim entrevistados.

A caracterização das atividades produtivas permite aquilatar a pressão que o uso diversificado da terra para atendimento às atividades produtivas vem recebendo, principalmente na última década.

5 A ABERTURA DO UNIVERSO SOCIAL E CONDIÇÕES DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA PELOS JOVENS

Para realizar este exercício analítico, destaco versões apresentadas por grupos familiares em ciclos diversos de desenvolvimento. No que tange aos membros do grupo familiar de Seu Max da Silva, família por mim adotada como norteadora da análise, em correspondência aos familiares da quarta geração, incorporo o caso de Miguel, 41 anos, filho mais velho de Seu Társis. Trabalhou na lavoura do pai desde a infância até aproximadamente o ano de 2013 quando, pela constituição de vínculo matrimonial, fixou residência na cidade de Teresópolis e se afastou do *trabalho na roça*. Afilhou-se como motorista de caminhão em loja de material de construção, que tem atuado no abastecimento das unidades residenciais e instalações hoteleiras na região. Sua esposa, Daniele, viúva do casamento anterior, herdou casa nesta localidade e mantém vínculo como doméstica em residência familiar situada em condomínio recentemente erguido na região de Vargem Grande. O casal não possui filhos.

No caso filha do casal Seu Társis e Dona Clécia, Luciana, 32 anos, concluiu o ensino médio e atualmente trabalha como auxiliar de serviços gerais na escola municipal de Vargem Grande e, nos dias de folga, complementa o rendimento familiar mensal trabalhando como diarista em casa de moradores de condomínio de veraneio do bairro. Casada com Luiz, motorista da loja de material de construção, fixou residência em casa construída pelo pai em terreno próprio.

Ainda em relação aos descendentes da quarta geração da família Silva, considerando o grupo familiar de Seu Anderson, o filho mais velho, Ruan, tinha 41 anos quando faleceu em 2012. Segundo informou Seu Anderson e Dona Flávia, o filho

trabalhava na lavoura com eles e, nos últimos anos, havia investido na construção de estufa de hidroponia. Casado, teve duas filhas: Larissa, de 15 anos, estudante do 9º ano do ensino fundamental; Mariana, de 8 anos, estudante do 3º ano do fundamental. Claudinéia, 40 anos, viúva, trabalha como empregada doméstica. Atualmente reside em casa alugada em terreno próximo de Seu Anderson. Outra filha do casal, Marcele, 41 anos, iniciou sua atividade produtiva na lavoura dos pais. Desde 2014, havia constituído vínculo como doméstica em casa de empresários locais (proprietários do haras). Seu esposo, Henrique, 45 anos, iniciou trabalhando como produtor com os pais e, posteriormente, com o sogro. Desde 2010 trabalha no Le Canton como auxiliar de serviços gerais, condição que avaliou como vantajosa pelo vínculo formal de trabalho que constituiu, além do direito às férias. Também apontou que aos finais de semana, quando está de folga, que pode levar o filho para usufruir das dependências do resort.

Vale à pena mencionar que para o período tomado por referência, a escola, tal como presença institucional obrigatória, como se reconhece hoje, correspondia à existência de uma professora que, também vinculada ao cultivo da terra como recurso prioritário, nos períodos correspondentes ao de menor demanda de trabalho na unidade familiar de produção, alfabetizava os filhos de agricultores e lhes ensinava as quatro operações fundamentais da matemática.

Orientando-me por este princípio de afiliação para compreender o processo de construção social de produtores, chamou-me atenção as relações de dependência entre as formas de utilização de mão de obra familiar pelos produtores e as condições de acesso à escola pelos filhos. As atividades que os interlocutores realizavam na lavoura, caracterizadas como condição de *ajuda* ao pai, precarizavam a frequência à escola, geralmente limitada aos períodos de atividade agrícola menos intensiva. Comentou:

Não tinha como ir para escola de dia e, quando chegava de noite, meu pai mandava para a casa de uma professora, a filha do compadre fulano para ensinar. A gente só ia à escola em dias limitados, era só em alguns dias durante a semana, dos cinco dias de aula, se a gente fosse duas vezes, era muito. Antes de ir, tinha que trabalhar. (Sr. Társis da Silva, entrevistado em 2014)

O irmão imediatamente mais novo do entrevistado, Seu Anderson, reconheceu as mesmas dificuldades de acesso à escola. Mencionou que ele e o irmão *iam estudar depois da lavoura* e, apesar de o horário das aulas ser à tarde, o período da manhã era reservado à realização de atividades laborativas na lavoura, eles *estudavam pouco*. Como mencionaram os entrevistados afiliados ao mesmo grupo familiar, as aulas eram realizadas em *residência de professora particular localizada perto da Mulher de Pedra*. Dada a distância em relação à casa, saíram dessa escola e se afiliaram ao ensino noturno oferecido por escola particular. Nestas condições, manteve-se na condição de aluno até o 5º ano do ensino fundamental, posição em que pode receber conhecimentos em condições relativamente mais favoráveis do que àqueles transmitidos na época dos filhos.

Os itinerários de vida desses agricultores foram construídos mediante a valorização e priorização da capacidade de realização de trabalho nas lavouras, sob gestão familiar. O domínio do saber escolarizado e letrado não correspondia ao atendimento das exigências para constituição do filho como produtor.

No caso de Seu Cristóvão Gomes, produtor integrado a outro grupo familiar, refletindo sobre as condições de constituição na posição de produtor, chamou atenção

para as condições em que pode respeitar o desejo dos filhos. Pela avaliação contrastiva que realizou considerando o tempo em que pode estudar, o entrevistado afirmou que os filhos estudaram com o incentivo principalmente da mãe. Além disso não demonstravam o *gosto* pelo serviço na lavoura. Comparativamente às condições de acesso a recursos pelos filhos, os interlocutores sinalizaram que muitos jovens se encontram em posição privilegiada comparativamente aos pais, já que muitos produtores querem sair da lavoura hoje e não conseguem em decorrência das exigências do conhecimento escolarizado. As dificuldades relativas de afiliação a redes de relações para constituição de vínculos produtivos em melhores condições comparativamente aquelas da lavoura são maiores para os casos de jovens que abandonaram a escola. Como afirmou o entrevistado:

Lavoura é serviço forçado, trabalha muito e ninguém mais quer. Só permanece mesmo que não tem outra alternativa, quem não estudou. No meu tempo, escola não se ensinava nada para lavoura. O pessoal da lavoura saía para trabalhar como jardineiro ou para trabalhar de caseiro. Hoje em dia, o filho da gente sempre desejou trabalhar e ter o próprio dinheiro. (Sr. Cristóvão Gomes, entrevistado em 2015)

O entrevistado apontou que o filho mais velho, Henrique, inicialmente investiu na produção de mudas de hortaliças em hidroponia, modelo de produção agrícola amplamente valorizado pelos turistas e também pelos consumidores que frequentam as redes de hotéis e condomínios, especialmente durante períodos de férias escolares. Devido ao acúmulo de perdas consecutivas, abandonou o projeto e constituiu vínculo como assalariado no hotel Le Canton por cerca de dois anos. Atualmente, comprou um carro e vinculou-se como prestador de serviços em empresa de transporte de turistas do resort.

Meu filho é terceirizado e não recebe os direitos trabalhistas porque não tem a carteira de trabalho assinada pelo patrão. Mas ele já trabalhou muito comigo aqui nessas lavouras de hortaliças, plantando sempre. Mas agora ele saiu. Ele quer a autonomia dele, né. Ele tem a produção na estufa, produz mudas hidropônicas aí. (Sr. Cristóvão Gomes, entrevistado em 2015)

Em relação aos jovens que integram o grupo familiar de Seu Cristóvão Gomes, Henrique, filho mais velho, 25 anos, ajudou o pai com as lavouras de *hortaliças*, saindo para trabalhar em condição de maior autonomia na produção de mudas hidropônicas, projeto comum ao filho de Sr. Cristóvão.

A carteira assinada, diferentemente das relações de parceria firmadas entre proprietários e trabalhadores, como é o caso dos *arrendatários* e *meeiros*, viabilizou a constituição do produtor em condições relativamente mais favoráveis, comparativamente àquelas vivenciadas pelo trabalho na terra. Sobre processos de constituição de tipos de trabalhadores e seus sistemas de relações, O'Dwyer (1977: 53) demonstrou casos de trabalhadores em que o trabalho realizado por conta própria foi priorizado pelos produtores frente a emergência de vínculos estabelecidos pela assinatura da carteira de trabalho.

Projeção também similar pela valorização da produção especializada em hidroponia foi elaborado pelo filho de Seu Claudinei, 50 anos, produtor na condição de

*mei*ro, ao falar sobre a trajetória do filho, o reconhece como um produtor relativamente experiente, porque pode acumular experiência no trabalho com as lavouras. Adriano, seu único filho, contou com investimentos financeiros oferecidos pelo tio, relação que mantinha há alguns anos pelo trabalho de parceria na comercialização dos produtos agrícolas. Por essa atividade, também acumulou rendimentos que foram utilizados na construção da *estufa* de hidroponia. Ao acompanhar o tio na comercialização, Adriano estabeleceu redes de relações de fidelidade de compra de mudas com os produtores e também comercialização direta aos hotéis da região, não só de Vargem Grande como também de bairros vizinhos. Além disso, a ampliação do nível de conhecimento básico até o técnico, onde se qualificou como técnico em informática, investiu na elaboração de um canal de divulgação *on line* das hortaliças hidropônicas que produz. Com a informatização do empreendimento, Adriano reduzia o tempo utilizado com o deslocamento até a estufa para aquisição dos produtos. O contato telefônico também foi outro recurso incorporado pelo jovem produtor para reduzir os custos e o tempo de realização do pedido e entrega das hortaliças hidropônicas aos compradores. Aos 23 anos, Adriano já quitou a dívida da parte do financiamento adquirido para construção da estufa. Essa condição relativamente favorável de acesso a rendimentos pela condição de produtor não é uma situação recorrente dentre os produtores. Pelo contrário, Seu Claudéci reconheceu que o *filho teve muita sorte*, já que tendo iniciado as atividades durante o verão, poucos produtores conseguiam colher. Com a queda na oferta de produtos, os preços subiam, o que favoreceu o filho que pode atribuir maior preço aos produtos produzidos nesse período.

O filho caçula do casal Seu Cristóvão e Dona Fátima, Juliano, 23 anos, mantém-se ajudando aos pais na floricultura. Também investiu numa loja de instalação de câmeras de segurança em Vargem Grande. O conhecimento foi adquirido pela continuidade dos investimentos no sentido da ampliação do nível de instrução, pela priorização de curso técnico em informática. Segundo ponderou, com o aumento do turismo local, a região deixou de ser pacata e passaram a ser frequentes os casos de furtos, especialmente nos condomínios de veraneio.

Tomando para análise a trajetória do filho mais velho de Seu Fabrício Campos e Dona Claudéci, Guilherme, 21 anos, é estudante do curso profissionalizante em gestão empresarial, elaborou projeto que vislumbra a partir do trabalho em um dos empreendimentos relacionados ao serviço de turismo em expansão em Vargem Grande. O entrevistado, reconhecendo-se como produtor em idade a partir da qual a mudança de posição é inviabilizada, afirmou:

A lavoura é atividade dos mais antigos. Se a gente tivesse estudado, agora, na velhice, eu não tenho como tocar sozinho a roça, a lavoura, então, eu acho que, se eu tivesse um estudo, eu poderia trabalhar nos hotéis e condomínios daqui né. Mas é assim... Para quem não estudou, é mais difícil conseguir um novo trabalho.
(Sr. Fabrício Campos, entrevistado em 2014)

O caso do grupo familiar de Seu Fabrício também investiu na diversificação de estratégias de reprodução social. O pai valorizou a constituição de vínculo no setor de construção civil, a mãe vinculou-se como *jardineira* e o irmão mais velho como carpinteiro. A valorização dessas redes foi alternativa que o pai do entrevistado pode se valer para, frente ao limite de reprodução da família imposto pelo reduzido pedaço de terra, por vezes complementado pelo arrendamento de outros trechos, assegurar

condições relativamente favoráveis de subsistência. A conquista da aposentadoria pelo pai frente ao novo vínculo estabelecido permitiu o investimento para que os filhos se constituíssem em outra posição. Como reconheceu, *meu pai queria ver os filhos trabalhando. Ele incentivava mesmo*. Lembrou ele:

Uma vez ele levou meu irmão com 12 anos para morar com uma pessoa lá fora. Meu pai contou que ficou até com pena de deixar ele lá pequenininho. Mas ele deixou meu irmão lá para ele ver e aprender fazer o ofício porque ele não queria que meu irmão tivesse a mesma vida que a dele. Como era negócio de máquina e não podia deixar a criança sozinha, essa pessoa se responsabilizou a ficar com meu irmão e a olhar ele trabalhar. Aqui comigo também foi assim. Aprendi tudo da lavoura com meu pai. (Sr. Fabrício Campos, entrevistado em 2014)

Nesse caso, a elaboração de outros projetos de reprodução social exigiu a saída dos filhos da unidade familiar para se incorporarem às redes de relações de parentesco. A complexidade das formas de diferenciação dos trabalhadores em Vargem Grande, em situação de afiliação ao mercado, coloca em evidência significados pertinentes à inserção as redes de relações mediante incorporação do vínculo de assalariamento. Como tentei demonstrar, as possibilidades de constituição desses novos projetos de reprodução social estavam orientadas para o desempenho de funções domésticas, no caso das mulheres, e serviços relacionados ao trabalho agrícola, como jardineiros, caseiros, cuidadores de animais, no caso dos homens.

Também considerando o caso de Sr. João dos Santos, 45 anos, *produtor que desde pequeno trabalhou na lavoura, a vida toda*, afirmou que tem dois irmãos mais novos que *estão endividados com lavoura, porque eles plantaram e não conseguiram colher*. Valorizando-se como alguém que soube superar os limites no acesso a recursos materiais para se constituir na posição de produtor especializado, afirmou que as dificuldades que os irmãos estão enfrentando se devem à timidez na procura de compradores locais para suas mercadorias, cuja solução seria ir pessoalmente levar a produção para o comércio local.

No caso de Dona Michelle, sua saída para constituição do vínculo empregatício chamou atenção para o papel das mulheres na composição do rendimento doméstico e na facilitação das condições de elaboração de projetos pelos filhos mediante a ampliação do nível de instrução. O esposo da entrevistada, Seu João Paulo, 75 anos, produtor aposentado, além do benefício da aposentadoria, contava com baixos rendimentos pela comercialização das lavouras de coentro. O filho mais novo do casal projetou para si a carreira como cientista social. O projeto elaborado pelo filho exigia não apenas o apoio moral dos pais, o que reconhecem não ter falhado durante esses anos. As exigências de recursos financeiros para atendimento do desejo do filho, que *nunca gostou de lavoura*, implicavam a maiores gastos financeiros.

Como forma de apoio ao desejo do filho caçula em ampliar o nível de instrução, Dona Michelle se oferece como trabalhadora doméstica em rede de contatos que firmou na região pela prestação de serviços em *casa de patrão*, segundo ela, identificados como proprietários do haras e do Le Canton. Sem carteira assinada, mas recebendo alguns benefícios do trabalho, pode aumentar os ganhos da unidade doméstica, permanecendo no trabalho durante a semana. O salário que recebe é transferido em sua maior parte para o filho para pagamento de despesas constituídas pela manutenção da condição de estudante em universidade pública no Rio de Janeiro. Esse caso pode ser considerado

exemplar porque permite evidenciar a importância do trabalho das mulheres como colaboradoras e ampliadoras do rendimento familiar. Como pude perceber, a saída dos jovens para outros municípios do Rio de Janeiro, além de Teresópolis, era possibilitada pela afiliação das mulheres ao universo de trabalho assalariado.

No caso de Dona Zenilda, tendo recebido incentivo dos pais, ela e os irmãos estudaram até o nono ano do ensino fundamental. No caso dos irmãos, ambos constituíram vínculo assalariado em instituições do bairro. O mais velho trabalha como auxiliar de pedreiro em uma construtora em Vargem Grande; o mais novo trabalha como jardineiro em hotéis e condomínios na região. Como afirmou a entrevistada, a projeção de constituição em outra posição, relativamente ao trabalho nas lavouras, pelos irmãos correspondeu ao acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos pais e avós, que se constituíram como trabalhadores da lavoura. Segundo reconheceu:

O negócio é estudar para fazer outra função, porque lavoura está ficando cada vez mais difícil. A juventude já não quer mais a lavoura e mesmo que a lavoura acabe, eles têm que procurar o que é bom para eles. (Dona Zenilda, entrevistada em 2014)

Analisando as versões que me apresentaram quando estimulados a refletir sobre as condições em que elaboravam projetos para si e para os filhos, os pais acentuavam o respeito ao desejo dos filhos. Pude assim entender diversos outros fatores que interferem nas múltiplas dimensões da vida social desses agentes. Pude então compreender em que condições os jovens justificavam o abandono dos trabalhos que desenvolviam nas lavouras de hortaliças com os pais, e se lançaram na diversificação de vínculos de trabalho. As situações contextuais são assim demonstrativas dos investimentos realizados pelos interlocutores na construção de projetos de melhorias de condições de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, posiciono-me contrariamente àqueles que evocam a uniformização desses princípios e a aceitação passiva de um único projeto de vida como agricultores. Como busquei demonstrar, num contexto marcado pela fluidez de relações sociais e de ampliação desse universo social pela valorização do turismo rural e de veraneio na serra, valorizar um único modelo de reprodução social é negar-lhes a capacidade criativa. É diminuir-lhes, pela imposição de limites analíticos, a incapacidade de dar conta das múltiplas possibilidades de elaboração de projetos de reprodução social para si e para os filhos.

Uma das vertentes atuais de pesquisa tem investido na elaboração de categorias analíticas que deem conta da diversidade de papéis que os agentes sociais podem desempenhar. No âmbito desses debates, categorias como novo rural, neorrurais emergem como noções correspondentes aos sujeitos que se constituíram a partir dos novos nichos de mercados das novas atividades agrícolas, conforme valorizado por Van der Ploeg (2008) na análise sobre as reconfigurações do campesinato frente aos processos de mudança na produção agrícola.

A contraposição ao processo de atribuição de sentidos negativados aos camponeses e demais agentes da pequena produção, a contribuição do autor é fundamental ao entendimento de que o trabalho agrícola não é uma prática residual. Em contextos de emergência do mercado global de produtos agrícolas, o autor ressalta a

constituição de novas práticas de produção ao reconhecer a capacidade criativa dos agricultores na reelaboração de estratégias de reprodução em espaços sociais reconhecidos como predominantemente urbanos.

Também é preciso considerar, para não cair na reprodução de um discurso que valoriza a agricultura como único modelo possível de realização individual que tem ecoado a partir dos porta-vozes de diferenciadas políticas públicas e daqueles que têm se posicionado contrariamente à pequena produção agrícola, as condições de possibilidades de elaboração de projetos de reprodução social segundo a oferta de recursos diversos e princípios orientadores das ações desses sujeitos. Como alertou Schneider (2011), é necessário refletirmos sobre essas estratégias de reprodução dentro de limites sociais, culturais e econômicos que se expressam a partir das “relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente”. (Schneider, 2011: 9)

Esses debates estão pautados no reconhecimento de estratégias de diversificação e valorização de projetos individuais de reprodução no seio de grupos familiares em parte fundamentados em práticas agrícolas. No entanto, a afirmativa de que o mercado capitalista interfere nos processos de organização da mão de obra e de utilização dos fatores de produção atribuídos aos pequenos produtores a capacidade de distanciamento ao que diversos autores apresentaram como modelo teórico.

Entre os agricultores de Vargem Grande, outras alternativas e motivações se apresentavam: eles se posicionavam relativamente diante da ampliação do quadro de possibilidades, algumas delas decorrentes de arranjos contingenciais que colocavam em prática, não só pelo enfrentamento de condições diferenciadas de comercialização dos produtos agrícolas, como também segundo princípios de afiliação familiares e vicinais que estavam sendo relativamente modificados pela chegada de turistas e veranistas.

Outrossim, em decorrência dos processos que incidiram sobre a organização do espaço em Vargem Grande, principalmente aqueles relacionados à apropriação mercantil da terra, inúmeros empreendimentos comerciais da rede de hotelaria e de prestação de serviços ao turista se instalaram na região. Esses empreendimentos alargaram o universo social dos agricultores que, impossibilitados quanto ao enfrentamento dos limites impostos à manutenção da condição de produtores, passaram a reconhecer as vantagens de afiliação como trabalhadores assalariados. As demandas por trabalhadores criadas para atendimento do turismo colocaram em evidência a autonomia dos pais na diversificação de projetos almejados de reprodução econômica dos filhos. A constituição dessas redes de relações gera e modifica as formas sociais que em trabalho de campo pude encontrar. Neste sentido, busquei demonstrar as condições de possibilidades de elaboração de projetos outros pelos agricultores em Vargem Grande, focalizando os recursos públicos e privados, produtivos e reprodutivos, incorporados e organizados por ações específicas pela abertura deste universo social pela valorização do turismo ecológico, rural e de veraneio.

Como já mencionado, esse contexto de mudança na utilização do espaço é decorrente da proximidade de Vargem Grande com o centro de Teresópolis e com outras regiões metropolitanas, como Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói, o que estimulou inúmeros processos de modificação socioespacial no município. A confluência de investimentos diversos, tanto para atendimento às demandas de consumo de turistas e veranistas, quanto aquelas inerentes à oferta de infraestrutura e de prestação de serviços públicos, recorrentemente associados aos setores urbanos, contribuiu para a compreensão contextual dos princípios norteadores das ações de jovens que se afiliaram a essas redes de relações.

Neste sentido, ao dedicar-me à compreensão dos processos sociais que exprimem a modificação de modelos produtivos (como, por exemplo, o plantio de hortaliças em estufas hidropônicas) e da percepção dos agricultores e seus familiares frente à transformação dos fatores de produção em recursos turísticos (tal como mencionado por um dos entrevistados: *antes, aqui era tudo lavoura. Isso aqui mudou muito. Agora tem hotel, condomínio, aqui tem tudo! Quando aqui era lavoura, isso aqui não tinha nada!*). A percepção de que as alterações de padrão de produção, da percepção de agricultores, pela adoção da perspectiva processualista de dados e construção da questão empírica, foi fundamental enquanto postura analítica que valorizasse os princípios objetivantes das ações desses agricultores na orientação, segundo condições situacionalmente cambiáveis, dos modos de apropriação de recursos propiciadores da diversificação (ou não) de estratégias de inserção produtiva e reprodução social desses grupos familiares.

Assim, ao me dedicar à demonstração das condições de constituição na posição de agricultor, vali-me do conceito de campos de ação em sintonia ao trabalho de Oliveira Filho (1988), a partir do qual pude valorizar fluxos de ações na constituição de alianças, contraposições e rearticulação de estratégias orientadoras de práticas diferenciadas de agricultores.

Inúmeros foram os casos de agricultores que elaboraram projetos de reprodução social e econômica para filhos pela valorização de formas de vinculação produtiva que assegurassem alguns direitos trabalhistas. O reconhecimento coletivamente compartilhado pelos agricultores dos benefícios adquiridos pelos filhos mediante a afiliação a outros setores produtivos permite chegar às condições diferenciadas de elaboração de projetos pelos pais.

A valorização da autonomia dos jovens é aspecto fundamental à compreensão do campo de ação construído pelas famílias de Vargem Grande, não apenas demonstra distintas estratégias pelas quais constituem o cenário social de vida, como também pela emergência de posições diferenciadas. A oferta crescente de instituições de prestação de serviços escolares, de saúde, de comércio e de serviços operava como atrativos para jovens, além das instalações relacionadas à prestação de serviços turísticos. Assim, recusando-se a se manterem na posição dos pais, referenciados por avaliação das dificuldades relativas com que estes lidavam cotidianamente, os filhos mais jovens decidiram arriscar-se em vínculos de trabalho pela afiliação a outros setores produtivos.

Para dar conta da variedade de ocupações que me apresentaram, expressas no leque de atividades que realizavam, não apenas aquelas voltadas prioritariamente ao atendimento das necessidades de consumo familiar, como aquelas que ofereciam maiores rendimentos relativamente à produção agrícola, busquei neste texto dar conta desses processos de mudança que, genericamente, abarcavam condições diferenciadas de acesso a recursos privados e públicos, produtivos e reprodutivos, incorporados e organizados por ações orientadas à constituição intergeracional dos membros da família, não necessariamente agricultores.

Os pequenos produtores de hortaliças em Vargem Grande estão imersos em contexto urbano de oferta de recursos e serviços e de capacidade atrativa, além da proximidade com a região metropolitana do Rio de Janeiro. Este aspecto não pode ser desconsiderado, sob pena de se perder de vista as múltiplas possibilidades de captação de recursos e de elaboração de projetos diferenciados de vinculação produtiva, não somente para os adultos, mas principalmente para os filhos na condição de jovens. Além disso, cabe mencionar o papel de destaque que a região de Teresópolis tem ocupado na oferta de um tipo de turismo sofisticado.

Considerar a diversidade de possibilidades de constituição de projetos de reprodução social valorizados por esses produtores, ademais, não corresponde ao reconhecimento de um fim para esse modo de vida particular. Tal como refletiu Felix (2009), os produtores realizam inúmeros investimentos para obtenção de recursos situacionais valorizados como necessários para garantia e manutenção de uma determinada posição social, agricultores se as condições lhes são propícias. (Felix, 2009: 254)

Atenta às narrativas a mim apresentadas, pude reconhecer que os agricultores não projetam para si posições considerando apenas as facilidades de acesso a terra ou a recursos internos à unidade de produção. A atividade agrícola se desenvolve num amplo espectro de ação e de quadro de alternativas onde fatores correspondentes a universos sociais mais amplos são igualmente relevantes para sua realização, exigindo uma análise para além da unidade produtiva ou grupo doméstico, no caso desses hortigranjeiros, para as complexas e arriscadas condições de comercialização de produtos altamente perecíveis e que chegam ao mercado mediante grande concorrência, inclusive de agentes e ações imprevistas.

A seleção do universo de entrevistados para além das fronteiras daqueles que haviam firmado e permanecido no vínculo como agricultores permitiu compreender os outros investimentos realizados pelos interlocutores para a constituição de estratégias de reprodução social. A emergência e a consolidação de atividades realizadas a partir da apropriação de outras fontes de recursos, que não aquelas estritamente relacionadas aos fatores de produção, foi ao mesmo tempo provocadora de e provocada por mudanças na composição daquele espaço. As possibilidades de composição de outras redes de relações e de interconhecimentos, por vezes não manifestando influência direta sobre a produção e, em alguns casos, constituindo-se como estratégia de constituição de vínculo de trabalho e renda, quando da disponibilidade de mão de obra familiar. Tendo investido na compreensão desses processos, destaco a relevância da pluriatividade para a continuidade dos projetos de reprodução social de grupos familiares, especialmente nos momentos marcados por rupturas e pela crise gerada em decorrência das limitações impostas pelo mercado de produtos agrícolas.

As trajetórias por mim valorizadas na demonstração de processos de mudança marcados por condições diferenciadas de acesso a recursos produtivos e reprodutivos não são uníssonas e tampouco paradigmáticas da possibilidade de constituição de vínculos pelos interlocutores. A agricultura, todavia, aparecia como alternativa privilegiada de reprodução quando o campo de possibilidades correspondentes às interdependências dos setores produtivos era relativamente restrito ou de conexões a serem construídas. Os diferentes graus e tipos de interdependência social, no contexto, se coadunavam a aspectos contingenciais e fluidos de universos sociais interconectados. Além disso, os fluxos de investimentos na constituição de redes pela expansão de relações econômicas e a valorização da autonomia dos jovens foram aspectos fundamentais à compreensão dos processos de deslocamento social dos produtores e seus familiares.

Inúmeros outros autores, da década de 1970 até final da década de 1990, aproximadamente, passaram a considerar as problemáticas decorrentes da valorização de áreas de produção como oportunidades de consumo de residências secundárias, mediante a valorização de estudo de caso entre agricultores situados em regiões periféricas da região do entorno de áreas urbanas dedicadas à produção de hortaliças.

Por tais análises, chamaram atenção para as redes de consumo de turismo de residência que, principalmente em municípios da região serrana do estado, desde a

década de 1950, atuavam como fatores de mudança. Nesses casos, não apenas alterando o valor atribuído a terra, como oferecendo as condições necessárias à construção de um novo quadro de comercialização, orientado ao atendimento aos sistemas hoteleiros e às residências secundárias (formas privilegiadas de consumo de condições climáticas correspondentes a períodos de verões mais amenos e de invernos mais intensos), como demonstraram autores como Musumeci (1987); Schiavo (1996) e Carneiro (1999) também igualmente referidas neste trabalho.

Maria José Carneiro (1998) apontou alguns fenômenos que contribuíram para a produção de meios alternativos de vida no campo. Esses fenômenos estariam relacionados à busca por formas de lazer e também ao consumo de um modo de vida afastado da agitação e da poluição das grandes cidades, legitimado pela divulgação do pensamento ecológico, principalmente a partir da década de 1990.

A situação empírica apontada por Carneiro (1998) é similar à que encontrei no estudo de caso junto aos produtores de Vargem Grande. Muitos deles sofreram os efeitos da valorização mercantil da terra diante do consumo de turismo sofisticado. A construção do Le Canton, por exemplo, atraiu a mão de obra local, principalmente a de jovens, para o desempenho de funções diversas. A atração, principalmente para os mais jovens, na constituição de vínculo ocupacional junto ao hotel, é explicada pelos interlocutores pela realização de serviços mais fáceis, relativamente ao trabalho nas lavouras, e pela possibilidade de aposentadoria e outros benefícios adquiridos com a assinatura da carteira de trabalho: 13º salário, férias e jornada reduzida de trabalho. Tais benefícios são avaliados contrastivamente àqueles alcançados com o trabalho nas lavouras familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa fundamental à realização do trabalho de campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.) **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005: 19-35.

BABO SEDLACEK, Guilherme. **Companhia de Estrada de Ferro Therezopolis: uma empresa do encilhamento em meio à política republicana fluminense (1890-1895)**. [Dissertação]. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2012.

BIAZZO, Pedro Paulo. Revisitando as paisagens fluminenses: imaginações geográficas, representações do espaço e disputas de identidade. In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma: 2008: 41-62.

BOURDIEU, Pierre. A lógica da prática. In: **O senso prático**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011: 133-163.

CAMPOS, Helena Guimarães. **150 anos da Estrada de Ferro Central do Brasil (1858-2008)**. [Online]. Disponível em: http://www.ongtrem.org.br/artigos/arquivos/5/artigo_150_EFCB.htm. Acessado em 23/03/2015.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 53-75, 1998.

CERTEAU, Michell de. **Artes de fazer. A invenção do cotidiano**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981: 133-146.

FELIX, Gil Almeida. Os vira-mundos e a condição camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha et alii. (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato**. v. 2. São Paulo: Unesp/Brasília: Nead, 2009: 239-262.

FUSCO, Fabrício Marini. Nem o céu, nem a terra: reflexões sobre a relação rural/urbano. In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma: 2008: 17-40.

GALVÃO, Maria do Carmo Correia. Aspecto da geografia agrária do sertão carioca. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962: 171-186.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEIGER, Pedro Pinchas. MetrÓpole do Rio de Janeiro e suas funções atuais. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962: 65-80.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da Antropologia Transnacional. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: Bibl. Geogr. Brasileira, 1950.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

MELO, Paulo César Tavares de. **Definições e critérios de classificação de hortaliças**. São Paulo: Esalq/USP, 2013. Mimeo.

MOTA, Márcia e ZARTH, Paulo. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha e SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. v. I. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2008: 7-16.

MUSUMECI, Leonarda. **Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 1987.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (Orgs.). **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211- 270.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Laranja e lavoura branca. Um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense**. [Dissertação]. Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **“O nosso governo”. Os ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

SCHIAVO, Sylvia França. **Sendas da transição. Descendentes de suíços em Nova Friburgo-RJ**. Niterói: Eduff, 1999.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Rio Grande do Sul: EFRGS, 2008.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho. Uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

*Whem it was farming here:
productive diversification and rural tourism*

Abstract

In this text, I elaborate some reflections on the impacts caused by the arrival of tourist activity in a peripheral territory to the urban space of the city of Teresópolis (RJ), especially on the productive and reproductive processes that ensure the intergenerational constitution of specialized farmers in the planting vegetables. Adopting a procedural perspective for data apprehension, I value the situationally variable conditions of elaboration of social reproduction projects organized by specific actions by these horticulturists, especially those marked by the opening of this universe by the expansion of tourist activities. The appreciation of this perspective allows the understanding of social insertion and reproduction processes that express the modification of production models and the perception of farmers in the face of stimulating the desired vocation of the municipality as a base for transit and residential tourism, as a recruiting center for periodic guests of the hotel network and rural tourism consumers. The expansion of tourism-related services in this space calls into

question the state model of development and, more recently, it has operated in the diversification of productive links, accompanied by different forms of wage earning and the establishment of links as workers in the hotel sector. In this sense, I emphasize the constitution of farmers as one of the roles they exercised, valuing them as historical agents constituted from social processes that involved different forms of conversion, adaptation and redefinition of social position and social practices.

Keywords: *Productive diversification. Agricultural worker. Rural tourism. Teresópolis.*

Artigo submetido em 05/08/2021. Artigo aceito em 30/09/2021.